

olímpica e fulminou Faetonte, que se precipitou no Erídano, rio mítico que de Eurípedes em diante é identificado com o Pó, em latim *Padus* (*Phaetontei Padi*, lê-se em Marcial, X, 12). Camões faz alusão a este triste caso com alta poesia em I, 46.

Febo, por sua vez, é o próprio Sol, conforme se vê deste passo do Vate Lusitano:

Nisto Febo nas águas encerrou
Co carro de cristal o claro dia,
Dando cargo à Irmã que alumiasse
O largo mundo enquanto repousasse. (*Lus.*, I, 56)

Voltando ao ponto: o anotador meteu os pés pelas mãos. No texto se falava em Faetonte e ele entendeu que era Febo. E, ao identificar Febo, tomou-o por filho do Sol, isto é, *filho de si mesmo*, mais ou menos como D. Quixote, que, no dizer de Unamuno, era “descendente de si mesmo”...

Pergunto eu agora: é concebível que Luís de Camões seja autor de tais despautérios? É crível que ele não soubesse que o “moço miserando” é Faetonte? Poderá aceitar alguém que ele desse Febo como filho de si próprio?

De tudo isto que acabo de alinhar, não é justo concluir que o problema da autenticidade deste exemplar duplamente camoniano está a exigir um estudo sério, longo e profundo? Não é justo concluir que a afirmação de que o cimélio pertenceu ao Poeta é apressada?

“Adhuc sub iudice lis est”, como lá diz o velho Horácio (*Ars Poetica*, 78).
Gládstone Chaves de Melo.”

(In *Ocidente*, Lisboa, vol. XX, 1942, pp. 251-255.)

VIEIRA, OS TEXTOS E OS LADRÕES.

(1957)

O título deste artigo está meio louco, coisa que terá a vantagem de afinar com o mundo atual, que também está meio louco. Ou inteiramente. De qualquer modo, com tal epígrafe quero inserir três assuntos, ligados por conexão.

O primeiro é a volta de interesse pelo grande orador e pensador seiscentista Padre Antônio Vieira. O ano passado o Sr. Ivan Lins, excelente Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, publicou um livro de estudos sobre o insigne jesuíta. Tal livro resultou de uma série de conferências feitas há tempos no Instituto de Estudos Portugueses, e representa anos de convívio e de conversa com o autor da *História do Futuro*. Pretendo fazer uma recensão do livro nestas colunas e discordar de algumas interpretações do

ilustre autor que, sendo positivista, dificilmente poderia entrar em perfeita consonância com seu ídolo seiscentista. Não se trata de conhecimento da obra vieirística, que isso o Sr. Ivan Lins tem de sobra, trata-se de interpretações, trata-se, por exemplo, de atribuir ao Padre Vieira uma tal ou qual emancipação do pensamento da Igreja, o que realmente não acontece. Vieira viveu num tempo bastante medíocre do ponto de vista filosófico e teológico e, homem soberbamente inteligente e culto que era, superou tais deficiências, engolfou-se no estudo dos Padres e da Escritura, ao mesmo passo que procurou enfronhar-se do que havia de novidade na especulação científica do tempo. Certas atitudes que parecem ousadas ao eminente Ministro Ivan Lins são posições de Santo Tomás ou de Santo Agostinho.

Tertuliano já no segundo século reclamava aos brados: “Uma coisa vos pedimos, é que não nos condeneis sem nos conhecer!” E Chesterton nos nossos dias, em seu magistral *A Igreja Católica e a Conversão* observa que para um inglês culto de seu tempo o catolicismo, estudado, aparecia como uma religião nova. O que há em relação ao cristianismo em todos os tempos é má informação ou deformação. Eu pessoalmente tenho encontrado inúmeras pessoas retas e inteligentes que objetam mil coisas contra a Igreja, usando para isso só argumentos católicos: um equívoco a mais, e agora muito sério, dada a transcendência dos problemas e dos valores em jogo.

Ainda não tive vagar para analisar o livro do Sr. Ivan Lins, que, no entanto, numa primeira leitura me pareceu perturbado pela distorsão do pensamento cristão. Não vai nisto qualquer restrição à pessoa do Ministro, que eu reputo um dos melhores homens deste País. Culto, erudito, estudioso infatigável e minucioso, tem ele um caráter paralelo ao seu valor intelectual. Ministro do Tribunal de Contas, tem sido sempre uma sentinela avançada e indormida do bem público. Exerce seu mister com altíssima dignidade e completa proficiência, tendo já inúmeras vezes impedido que se consumem atentados contra este desservido povo carioca, vítima quase indefesa de salteadores, traficantes, ladrões, canalhas e parasitas de toda ordem. O Ministro Ivan Lins é um benemérito, credor antigo e constante da gratidão do munícipe desta cidade infeliz. Uma discordância intelectual e ideológica em nada prejudica o enorme apreço que tenho pelas qualidades morais e pelo exemplar espírito público desse perfeito servidor da cidade.

Mas não foi só o Sr. Ivan Lins que se ocupou de Vieira. No corrente ano mais dois empreendimentos editoriais, como se costuma dizer, vieram mostrar que o magnífico pregador não morreu. A Editora das Américas iniciou a publicação dos *Sermões*, com ortografia modernizada, com sumários explicativos, “de acordo com a edição de 1679”. Foi editor Frederico Ozanam Pessoa de Barros, com a supervisão do Padre Antônio Charbel e do Prof. A

Della Nina. Não vi ainda o primeiro volume, único saído, nem conheço, infelizmente, os editores: estou lendo a notícia no jornal. Notícia incompleta, claro está, porque não faz sentido, por exemplo, falar em edição de 1679 de Vieira. Este é o ano do lançamento do primeiro volume da edição seiscentista, única autorizada.

O segundo volume, por exemplo, é de 1682, o terceiro de 1683, o quarto de 1685, e assim por diante, até 1748 que é a data da folha-de-rosto do último volume póstumo, o décimo sexto. Entrementes, a Companhia Editora Nacional publicou um volume de sermões seletos, com introdução sobre Vieira e a obra, a cargo do Sr. Jamil Almansur Haddad. Num breve exame que fiz, verifiquei contristado que o texto está alterado. Seguiu-se, ao que me pareceu, a edição Lello, que não tem valor filológico. Sim, encontrei formas modernizadas, como *Salomão* por *Salamão*, *lhes* por *lhe*, referente a um plural, e outras coisas assim. Não fiz o cotejo sistemático, mas a amostra é assustadora. Tem-se a impressão de que o resto vai pelo mesmo diapasão.

Creio que ainda passarão muitos anos sem que se compreenda no Brasil a importância da fidelidade aos textos autênticos. Para muitos isso é matéria de somenos, de modo que se gasta dinheiro em edições de autores de outras épocas, cuida-se muitas vezes da apresentação, de longos prefácios, de introduções sobre o autor e a obra, mas do texto ninguém cogita. Se o autor disse *A* ou *B* não interessa. A primeira fonte que vem à mão serve: pode estar alterada, pode ter interpolações, pode trazer contribuições várias de editores antigos, não faz mal. Quando se vê o trabalho de apuração de textos e de elaboração de edições críticas magistrais, como tem a Clarendon Press de Oxford, ou a Biblioteca Teubneriana de Leipzig, ou a Societé d'Édition "Les Belles Lettres" de Paris (a coleção Budé), ou a Biblioteca de Autores Cristianos de Madrid, ou a edição paleográfica de *Pensées* de Pascal, longa e miudamente realizada por Zacharie Tourneur (autor também de uma edição crítica do mesmo texto - Editions de Cluny) na Librairie Philosophique J. Vrin, de Paris, e tantas outras, - fica-se melancolicamente a pensar que ainda estamos muito atrasados. A ingenuidade com que leitores até cultos se lançam a um livro sem sequer suspeitar que haja um problema de texto, sem desconfiar nem vagamente que ali pode não estar a lição autêntica, é sinal de que ainda temos muito que fazer.

Seja exemplo, um exemplo incomodativo, que damos só para mostrar o interesse que temos pela coleção e para homenagear com homenagem real e válida os organizadores, Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Correia, seja exemplo a coleção "Nossos Clássicos" que a Livraria Agir Editora lançou e vem mantendo acesa. Trata-se de uma empresa editorial bem imaginada, bem ideada, mas incompletamente planejada. São antologias, de cerca de 120 páginas cada uma, relativas aos diversos autores da literatura portuguesa e da literatura

brasileira, acompanhadas de um estudo crítico, de uma cronologia, uma bibliografia “de” e uma bibliografia “sobre”, de um panorama da situação histórica em que viveu o autor, etc., coisa nos moldes dos famosos “Classiques Larousse”, coleção já antiga, fundada por Felix Guirand. Com o lançamento de “Nossos Clássicos” pretendeu-se obviar a um mal, a uma grave deficiência no estudo de Literatura em nossas Faculdades de Filosofia, ou seja, a falta de textos.

Pois bem: a coleção, que tinha tudo para ser excelente, deixa a desejar, principalmente pela qualidade dos textos. Já não quero falar de escolhas infelizes, como aconteceu com o volume de Eça de Queirós, trabalhado por João Gaspar Simões, que incluiu textos horrendos do romancista português. Quero ficar só na fidelidade e rigor dos textos. E, como não posso deter-me, que nem este é o ponto fundamental do artigo, nem um suplemento literário é lugar para isto, chamo atenção para um exemplo. Neste mesmo volume dedicado a Eça se encontram dois erros de texto na página 21, seis erros na página 22, seis erros na página 23, um salto na página 24 e outro na página 25.

É pública e notória a minha amizade e longa admiração por Alceu Amoroso Lima, inteligência fulgurante, invejável cultura, erudição assombrosa, alma aberta, coração generoso, homem que conseguiu chegar aos sessenta anos sem perder o belo riso de menino, que encanta e arrasta. Também são conhecidas minhas ligações com a Livraria Agir, editora de meu primeiro livro *A Língua no Brasil*, dirigida por meu amigo Cândido de Paula Machado, homem de negócios a quem os afazeres comerciais e industriais não destruíram nem empanaram a inteligência e o idealismo, a Livraria Agir gerida por Ernest Fromm, uma das melhores e mais finas pessoas que conheço, amigo de preciosa convivência. Mas... “amicus Plato sed magis amica veritas”; estou fazendo a observação para que se melhore a tempo a coleção. Muita coisa existe ainda programada, e algumas edições estão em via de escoar-se. Pode-se corrigir a deficiência da qualidade dos textos e valorizar-se muito mais a coleção, já vitoriosa. Aqui fica o cordial apelo e a sugestão amiga, de quem quer ver os amigos sempre melhor.

Enquanto isso, uma editora carioca, Gertum Carneiro S. A. se apropria tranquilamente de um trabalho meu, o estabelecimento do texto de *Iracema* de Alencar, realizado em 1948 para o Instituto Nacional do Livro, e publica assim o poema alencariano sem uma palavra de explicação. Parece até que eles fotografaram o texto da Imprensa Nacional, porque o prelo tem a mesma medida (40 cíceros), os mesmos tipos, apenas um pouco menores (redução de clichê), a mesma paginação, os mesmos erros tipográficos e as mesmas chamadas de texto, com a agravante de não corresponder ao pé nenhuma nota. Por exemplo: logo na página 10, linha 6, há uma chamada *I*), a que na minha edição corresponde a nota: “A 1ª, 2ª e 3ª edições trazem *ela*, talvez referido a *jangada*, ou a *alma*?” Isto a propósito do texto “Que deixara *ele* na terra do exílio?” É fácil, pois, uma constatação da apropriação indébita que, no

clima cultural do Brasil, não tem valor, porque não se faz idéia concreta e viva da importância dos textos e do trabalho de estabelecimento dos mesmos. Qualquer texto é “res nullius”.

Vamos agora aos ladrões, para justificar o título do artigo.

Volto ao Vieira, para dizer que é antigo sonho meu dar uma edição crítica e comentada, com boa apresentação tipográfica, do magistral “Sermão do Bom Ladrão”, pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa em 1655. Este é um dos mais interessantes, pitorescos e ricos sermões de Vieira. Toma como lema a passagem evangélica referente ao Bom Ladrão “Domine, memento mei, cum veneris in regnum tuum: Hodie mecum eris in Paradiso” (*Luc*, 23, 43), e discreta largamente sobre os ladrões públicos: “Mas o que vemos praticar em todos os reinos do mundo é tanto pelo contrário que, em vez de os reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os reis ao Inferno”. (*Sermões*, vol. III, 1683, p. 319).

O sermão é de uma grande atualidade e ao mesmo tempo é entristecedor. Por ele vê-se que, passados três séculos, ocorrido o advento da Democracia e dos regimes representativos, a coisa aqui no Brasil não melhorou, senão piorou. “Dom Fulano (diz a piedade bem intencionada) é um fidalgo pobre: dê-se-lhe um governo. E quantas impiedades, ou advertidas ou não, se contêm nesta piedade? Se é pobre, dêem-lhe uma esmola honestamente com o nome de tença, e tenha com que viver. Mas, porque é pobre, um governo? Para que vá desempobrecer à custa dos que governar? E para que vá fazer muitos pobres à conta de tornar muito rico?”. (p. 335)

A certa altura, esta má etimologia mas boa doutrina: “Antigamente os que assistiam ao lado dos príncipes chamavam-se *laterones*. E depois, corrompendo-se este vocábulo, como afirma Marco Varro, chamaram-se *latrones*. E que seria se, assim como se corrompeu o vocábulo, se corrompessem também os que o mesmo vocábulo significa? Mas eu nem digo nem cuido tal cousa. O que só digo e sei, por ser Teologia certa, é que em qualquer parte do mundo se pode verificar o que Isaías diz dos príncipes de Jerusalém: “*principes tui socii furum*” - “os teus príncipes são companheiros dos ladrões”. E por quê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque os consentem; são companheiros dos ladrões, porque lhe dão os postos e os poderes; são companheiros dos ladrões, porque talvez os defendem; são finalmente seus companheiros, porque os acompanham e hão de acompanhar ao inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo” (pp. 345-346).

Como vêm os leitores, a coisa não mudou, apenas se aperfeiçoou: melhoraram e multiplicaram-se os processos, aumentou o número de beneficiários inconfessáveis e até confessos, e ficou mais assegurada a impunidade.

(In *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17-11-1957.)